

Visto,
Z M

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016



Inspeção Regional da Administração Pública

FF



Isenção

Respeito

Ação

Perspicácia





Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1. Razão de Ser	3
1.2. Missão, Visão, Objetivos Estratégicos e Valores	5
1.3. Extrato do Plano de Atividades para 2016	6
2. EXECUÇÃO MATERIAL DO PLANO DE ATIVIDADES	7
2.1. Grandes Ações Desenvolvidas	7
2.2 Pessoal Afeto	11
2.3. Direitos Sociais dos Colaboradores	12
2.4. Atividade Secundária à Missão	14
2.5. Formação Profissional	15
2.6. Grandes Ações dos Inspetores	16
2.7. Execução Financeira	18
3. AUTOAVALIAÇÃO	20



1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1. RAZÃO DE SER

O Relatório de Atividades é um documento síntese demonstrativo da responsabilidade da gestão, tendo em conta os objetivos propostos e os resultados alcançados com os recursos disponibilizados.

É imperativo legal das organizações públicas elaborarem um relato anual da sua atividade o qual decorre do princípio da administração aberta, que reconhece a todas as pessoas, diretamente interessadas ou não, o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, isto é, aos documentos reveladores da sua atividade.

Assim, o documento, agora apresentado, visa evidenciar os resultados alcançados, aferidos, tendo em consideração o previamente estabelecido em sede do QUAR de 2016 e o enumerado no Plano de Atividades da Inspeção Regional da Administração Pública, doravante simplesmente referida como IRAP, para esse ano.

As normas definidoras das atribuições e da organização da IRAP estão integradas na Orgânica da Vice-Presidência do Governo Regional, Emprego e Competitividade Empresarial, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2013, de 11 de julho, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2014, de 7 de agosto. Trata-se de um serviço simples, dirigido por um Inspetor Regional, coadjuvado por um Subinspetor Regional, com um corpo de inspetores e de auditoria e um núcleo administrativo que lhes dá apoio.

Acresce referir que a IRAP, numa filosofia de usufruto de serviços partilhados proporcionados transversalmente a várias organizações, recebe apoio de serviços diretamente dependentes do Gabinete do Vice-Presidente, designadamente do Centro de Informática (CI), da Divisão de Administração, ADSE, Passaportes e



Licenças (DALP), e do Centro de Informação (Biblioteca, Arquivo e Documentação).

A IRAP concretiza as suas atribuições, fundamentalmente, através da realização do seu Plano de Atividades, onde são inscritas as auditorias e inspeções ordinárias, não obstante ocorrer à resolução de outras situações que objetivamente se justifiquem e sejam superiormente determinadas, face às solicitações externas da sociedade onde se insere.

As demandas dos cidadãos e de entidades públicas e privadas são de variada índole, apresentadas de forma diversa e visam diferentes entidades administrativas sedeadas na Região Autónoma dos Açores.

As ações inspetivas, porém, só aferem da legalidade dos atos, dos contratos e eventualmente dos regulamentos. Podem, no entanto, detetar ilícitos administrativos *stricto sensu* ou de ordem financeira, civis e até criminais. À parte destes últimos que são participados ao Ministério Público, os outros ilícitos são submetidos a contraditório e, após ponderação, caso persista a convicção de ilícito, encaminham-se, na sequência de determinação do Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, para o Ministério Público junto do tribunal competente. Sempre que auditada matéria de índole financeira, quer se detete ou não atos ilícitos geradores de responsabilidade financeira, remete-se para a Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas o competente relatório.

Das várias demandas, participações, denúncias, pedidos de colaboração ou queixas e em particular as eletrónicas, o caminho seguido nem sempre coincide com o percurso enunciado. O Inspetor Regional, no uso de uma “magistratura de influência” ou de “provedoria”, tenta, e maioritariamente tem conseguido, dirimir os conflitos através do esclarecimento e do apontar do verdadeiro valor em jogo.

É nesta ambiência interna, num quadro externo de demanda exigente sobre a administração pública, que se pretende moderna e responsável, que se apresentam os resultados alcançados.



1.2. MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E VALORES

Missão:

Realizar e acompanhar ações corretivas e pedagógicas que permitam a melhoria contínua da Administração Pública Regional e Local nas áreas jurídicas e financeiras.

Visão:

Tornar a IRAP um *primus inter pares* em termos de eficácia e de referência na Administração Pública Regional.

Objetivos estratégicos:

1. Dar visibilidade de excelência à IRAP
2. Reforçar o Corpo Insetivo quantitativa e qualitativamente
3. Definir procedimentos que garantam homogeneidade de resultados
4. Visitar todos os Serviços sujeitos à intervenção da IRAP com uma periodicidade de 8 anos.

Valores:

1. Ética
2. Isenção
3. Coesão
4. Qualidade
5. Eficácia
6. Parceria





1.3. EXTRATO DO PLANO DE ATIVIDADES PARA 2016

Constavam do Plano de Atividades para o ano 2016 as seguintes nove ações ordinárias:

- Auditoria à Unidade de Saúde de Santa Maria;
- Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha do Corvo;
- Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha do Faial;
- Auditoria à Escola Básica Integrada da Maia;
- Auditoria à Escola Básica e Secundária das Flores;
- Auditoria à Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo;
- Auditoria à Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio;
- Inspeção ao Município da Madalena;
- Inspeção aos Serviços Municipalizados de Ponta Delgada.

Acresce referir que, a estas ações, para além doutros trabalhos menores e em curso, acresciam cinco trabalhos transitados, em diferentes fases de concretização, dos anos de 2014, três, e 2015, três: um inquérito tutelar à Freguesia de S. Vicente Ferreira do concelho de Ponta Delgada, uma inspeção extraordinária ao município das Lajes das Flores, as auditorias às unidades de saúde das ilhas Terceira, Graciosa e S. Miguel e a inspeção aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.



2. EXECUÇÃO MATERIAL DO PLANO DE ATIVIDADES

2.1. GRANDES AÇÕES DESENVOLVIDAS

Além das catorze ações acabadas de identificar, em setembro, o Vice-presidente do Governo Regional, em sequência de denúncia, determinou a realização dum inquérito à Inspeção Regional das Atividades Económicas, com carácter de urgência. As conclusões da ação foram-lhe presentes em meados de outubro.

O inquérito iniciado ainda em 2014 à Junta de Freguesia de S. Vicente Ferreira do concelho de Ponta Delgada com o objetivo de apurar determinados factos de índole financeira, que envolve dois inspetores, tem sofrido várias vicissitudes processuais pelo que transitou ainda para o presente ano.

No decorrer da primeira parte do ano deram-se por concluídas sete ações transitadas dos anos anteriores, as auditorias à Unidade de Saúde da Ilha Terceira, transitada de 2014 e concluída em inícios de março, a inspeção ordinária aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, também concluída em inícios de março, a inspeção extraordinária ao Município das Lajes das Flores, determinada ainda em 2014 por solicitação da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, após várias vicissitudes processuais, concluiu-se no final de março, as inspeções aos municípios da Povoação, Velas e Vila do Porto, todas iniciadas em 2015 concluíram-se no decorrer de maio.



Em meados de julho deu-se por concluída a auditoria à Unidade de Saúde da Ilha Graciosa, também iniciada em 2015.

Entretanto, conforme os trabalhos transitados foram sendo acabados, outros foram sendo iniciadas respeitantes às ações previstas para o ano de 2016, como as auditorias às Escolas EBS das Flores e EBI da Maia, em março.

Em maio iniciou-se a auditoria à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, em junho as inspeções aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada e ao Município da Madalena.

No último dia de agosto iniciou-se a auditoria à Unidade de Saúde da Ilha do Corvo, mas, inicialmente, por dificuldades logísticas e, depois, por envolvimento dos elementos da equipa noutros trabalhos, a concretização não ultrapassou a fase de conhecimento e planeamento da ação, pelo que transitou para o corrente ano incipientemente.

Em outubro iniciaram-se as auditorias à Unidade de Saúde do Faial e à Escola EBI de Vila Franca do Campo.

Por fim, em meados de novembro iniciou-se a auditoria à Escola Secundária Vitorino Nemésio da Praia da Vitória.

Registe-se que as auditorias às escolas EBS das Flores e EBI da Maia, iniciadas, como acima se referiu, em 2016, concluíram-se no final do ano, assim como a auditoria à Unidade de Saúde de S. Miguel, esta iniciada ainda em finais de 2015.

Esquemáticamente a atividade desenvolvida pela IRAP em 2016 foi a que se enumera na página seguinte:



Quadro I - Atividade desenvolvida em 2016		
Plano 2014	Auditorias à Adm. Regional	Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha da Terceira
		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha da Graciosa
		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel
Plano 2015	Inspeções à Adm. Local	Inspeção Ordinária aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo
	Auditorias à Adm. Regional	Auditoria à Escola Básica e Secundária das Flores
Auditoria à Escola Básica Integrada da Maia		
Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria		
Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha do Corvo		
Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha do Faial		
Auditoria à Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo		
Plano 2016	Inspeções à Adm. Local	Inspeção Ordinária aos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Ponta Delgada
		Inspeção Ordinária aos Órgãos e Serviços do Município da Madalena
	Inquérito Adm. Regional	Inquérito a denúncia IRAE
		Inquérito a Autarquia
	Exposições	Sobre a falta de transparência Direção Regional Desenvolvimento Agrário e Direção Regional Agricultura.
Sobre compensação devida pela caducidade do Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo		
Sobre jazigo que pertencia à sua Mãe, por herança do Pai.		
Sobre estacionamento da Avenida Infante D. Henrique		
Sobre Gecite Açor, Empresa autorizada pela IRT para prestação de serviços externos de higiene e segurança no trabalho		
Sobre demissão de membro do júri de concurso externo ingresso na carreira técnico de diagnóstico e terapêutica para USI Pico		
Sobre o valor pago à hora a uma funcionária da Junta de Freguesia.		
Sobre recusa de horário flexível a enfermeiro, pelo HSEIT, EPE		
Sobre Unidade de Saúde de Ilha do Corvo.		
Sobre Município de Santa Cruz das Flores - queixa de três funcionários - enviada pela ISSA		
Sobre Concurso publicitado na BEPA n.º 8331		
Sobre Associação de Municípios da Ilha do Pico		
Sobre a Delegação de Ilha de São Jorge - Direção Regional dos Transportes		
Sobre indeferimento da renovação de horário na modalidade de Jornada Contínua		
Sobre Segurança e Saúde no Trabalho, na Delegação do IAMA na Ilha Terceira.		
Queixas Eletrónicas		Sobre Departamento de Ação Social do ISSA IPRA, referente ao SIADAPRA
	Sobre novo regulamento do ISSA, IPRA, quanto a modalidade de Jornada Contínua.	
	Sobre extravio de pedido de consultas no Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada.	



Este quadro, conjugado com as ações planeadas e identificadas na página 6, demonstra o caráter dinâmico da atividade da IRAP, na medida em que as grandes ações ordinárias e extraordinárias ultrapassam o planeado.

A par daquelas atividades enumeradas, a que chamaremos o *core business* da atividade da IRAP, não podemos escamotear a importância das exposições e das queixas eletrónicas, na medida em que são os “clientes” da Administração a dirigirem-se a este seu órgão autocorretor e às vezes hétero compositivo, a quem confiam a resolução de problemas que os afligem e comprometem a imagem das entidades visadas. No ano em apreço, registaram-se quinze exposições e três queixas eletrónicas dignas de registo.

Há ainda que referir outra nova atividade, decorrente da entrada em vigor da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que pelo seu n.º 2 do artigo 4.º incumbe à IRAP da verificação das condições de saúde e segurança no trabalho nas entidades empregadoras públicas. As várias situações chegaram por participação direta das entidades empregadoras públicas, ocasionalmente pela Polícia de Segurança Pública, quando chamada a tomar conta das ocorrências, e ainda por reendereço da Inspeção Regional do Trabalho, serviço que inicialmente detinha essa atribuição. Foram relatados vinte e oito acidentes, os quais deram origem a outros tantos processos.

Regista-se ainda a par de todas aquelas ações enumeradas e recorrentes ao longo do ano, o envolvimento do Inspetor Regional, do Subinspetor Regional e de uma Inspetora nos procedimentos de recrutamento e seleção de um novo inspetor com



formação na área contabilístico-financeira, mas que não logrou atingir o seu objetivo uma vez que os poucos concorrentes presentes à prova de conhecimentos não atingiram os mínimos exigidos.

2.2. PESSOAL AFETO

Como se referiu no início, na Nota Prévia, a IRAP conta com uma equipa dirigente, constituída por um Inspetor Regional e por um Subinspetor Regional, um Corpo Inspetivo e de Auditoria e pelo Núcleo de Apoio, constituídos, a 31 de dezembro, respetivamente, catorze inspetores e dois assistentes técnicos.

Assim e ilustrando, vejamos a caracterização do pessoal afeto à IRAP, em 31 de dezembro, no seguinte mapa:

Quadro II - Pessoal Afeto a IRAP em 2016										
IRAP	LISTA DE PESSOAL	N.º DE AFETOS	PROVIDOS	EM EXERCÍCIO EFETIVO NA IRAP	FORM/BASE PESSOAL EXERCÍCIO				EFETIVOS A DESEMPENHAR OUTRAS FUNÇÕES FORA DA IRAP	RESPECTIVA SITUAÇÃO
					DIREITO	GESTÃO	ECONOMIA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
DIRIGENTES	Inspetor Regional	1	1	1	1					
	Subinspetor Regional	1	1	1	1					Em comissão de serviço - Origem DROAP
SUB-TOTAL		2	1	2	2					
INSPETORES		14	14	12	7	5	1	1	2	1 de Vice-Presidente do GR;
										1 de Inspetor Regional;
										Coordenador do SINTAP/ Açores, é beneficiário de dispensa sindical todos os dias;
										1 Presidente do ISSA-IPRA
SUB-TOTAL		14	14	12	8	3	1	1	2	1 Com Baixa de longa duração
ASSISTENTES TÉCNICOS	Assistente Técnico	2	2	2						
TOTAL		18	17	16						



Especificando, verifica-se que o Inspetor Regional é inspetor de carreira e afeto à IRAP e com formação em direito, mas o Subinspetor, provido em sequência de concurso público, é oriundo da carreira técnica superior e afeto a outro serviço público regional, sendo também jurista.

Por outro lado, verifica-se que, dos catorze inspetores da carreira de inspeção, três não desempenham as funções inerentes à sua categoria profissional, na medida em que um é o Vice-Presidente do Governo Regional, dois exercem funções na Administração Pública em comissão de serviço, respetivamente, o Inspetor Regional da Administração Pública e um Vice-Presidente do Conselho de Administração do Instituto para o Desenvolvimento Social dos Açores. Além destes, mais dois não contribuíram com a força do seu trabalho para o desenvolvimento das atividades da IRAP. Um encontrou-se, a tempo inteiro, em exercício de atividade sindical, desempenhando as funções de Secretário Coordenador do sindicato SINTAP/ Açores e Presidente deste sindicato a nível nacional, com dispensa legal de prestar serviço em todos os dias úteis do ano. Outro, durante todo o ano, encontrou-se em situação de doença.

Mostra ainda o quadro que a formação base dominante é de Direito, seguida da de Gestão e, por último, das de Economia e de Administração Pública.

2.3. DIREITOS SOCIAIS DOS COLABORADORES

Relata-se de seguida o gozo dos direitos sociais dos trabalhadores e que se traduziram em dias de ausência, nos seguintes termos:



Quadro III - Total de Dias de Ausência em 2016

ABSENTISMO	DIAS
Falecimento de familiar	3
Doença	371
Parentalidade	-
Assistência a familiares	15
Dispensa sindical	309,5
Trabalhador Estudante	-
Dias de greve	3
Por conta do período de férias	37,5
Férias	339
Acidentes em serviço	-
Outras faltas	6
TOTAL	1079

Desde logo destaca-se a ausência ao serviço por motivo de doença, que atinge os 371 dias, para a qual contribui a situação de doença prolongada de uma inspetora que assim justificou os 366 dias da ausência no ano

Do quadro sobressai ainda, o número de dias de ausência por motivo de férias.

O número de dias utilizado pelos trabalhadores da IRAP para a atividade sindical – 309,5 distribuídos da seguinte forma:

Quadro IV - Dias de Actividade Sindical Exercida em 2016

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	1 Dia
INSPETORES													
José Dias	4:5:6:7:8:11:12:13:14:15:18:19:20:21	21:23:24:25:26	14 ^{1/2} :15	22	13:23:24:25:27	16:17	1:18:19:20:21:22	16:17:18:19	19:20:21:22:23	28	21:25	12:16	49
Francisco Pimentel	4:5:6:7:8:11:12:13:14:15:18:19:20:21:22:25:26:27:28:29	12:13:14:15:16:17:18:19:22:23:24:25:26	21:22:23:24:28:29:30:31	14:15:16:17:18:20:27:28:29	23:4:5:6:9:10:11:12:13:16:17:18:19:20:23:24:25:26:27:30:31	14:15:16:17:20:21:22:23:27:28:29:30	4:15:18:19:20:21:22:23:25:26:27	1:2:3:4:5:8:9:10:11:12:16:17:18:19:22:23:24:25:26:29:30:31	12:15:16:17:18:19:20:21:24:25:26:27:28:29:30:31	3:4:6:7:10:11:12:13:14:17:18:19:20:21:24:25:26:27:28:29:30:31	2:3:4:7:8:9:10:11:14:15:16:17:18:21:22:23:24:25:28:29:30	2:5:6:7:9:12:13:14:15:16:19:20:21:22:23:26:27:28:29:30	204
Rui Ferreira			11:14:15				17		23			9	6
João Lima			11						23:26 ^{1/2}			9:12	4,5
PESSOAL ADMINISTRATIVO													
Margarida	8:12:29	29 ^{1/2}	15	26:29	17 ^{1/2}	13 ^{1/2} :23	1	19	16	14		9:15	15
Sandra Ornelas	12 ^{1/2}		15 ^{1/2}	29 ^{1/2}		23 ^{1/2}	122 ^{1/2}	19 ^{1/2}				15 ^{1/2}	4,5



Da observação deste quadro, verifica-se que dum universo de dezasseis trabalhadores, seis gozaram de dispensas para o exercício de atividade sindical. Sendo estas faltas justificadas e normais, já o seu elevado número pode revelar alguns constrangimentos à gestão.

2.4. ATIVIDADES SECUNDÁRIAS À MISSÃO

Para além da atividade inspetiva já referida e que mais à frente será discriminada por inspetor, a IRAP desenvolveu outras tarefas, designadamente as que decorrem do exercício da atividade burocrática, como se ilustra na página seguinte:

Quadro V- Atividades de Ordem Burocrática 2016

Tipo de Documentos	Quantidade
Correspondência Recebida	734
Correspondência Expedida	493
Informações	19
Pareceres	16
Ordens de Serviço	9
Processos abertos em 2014	59
Exposições	16
Exposições Via Electrónica (Queixas Electrónicas)	3
Acidentes de Trabalho	28

Paralelamente, a IRAP, à semelhança dos anos anteriores, continuou a desenvolver contactos, designadamente, nas pessoas dos seus dirigentes, com o objetivo de reforço da colaboração com outros órgãos, dos quais se salientam:



- Participação do Inspetor Regional, no âmbito do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado – SCI, instituído pelo Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de junho, que incorpora todas as inspeções a nível nacional e a nível regional, enquanto serviço estratégico de controlo de 2.º nível, nas diversas reuniões ocorridas do Conselho Coordenador;
- Participação do Inspetor Regional, como membro efetivo indicado pela Região Autónoma dos Açores, em nove reuniões da CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, entidade independente que funciona junto da Assembleia da República, procedendo à preparação de cerca de quarenta pareceres que foram objeto de discussão e aprovação, nas suas sessões;
- Participação do Subinspetor Regional em reuniões sectoriais dos grupos de trabalho formados no seio do Sistema de Controlo Interno.

2.5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Como se poderá ler algures a “formação profissional é o conjunto de atividades que visam a aquisição teórica e/ou prática de conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão. A Formação profissional apresenta-se como um instrumento de gestão com uma dimensão estratégica: é a atividade facilitadora da mudança em sentido lato, que propicia uma melhor adequação dos Recursos Humanos ... através da sua qualificação ... permitindo assim uma maior flexibilidade das organizações para fazer face a um futuro...”

Nesta senda, se bem que incipientemente, proporcionou-se a seguinte formação:



Quadro VI - Formação e Aperfeiçoamento Profissional/2016

MÊS	INSPETORES								PESSOAL ADM.	
	Dr. Antero Rôlo	Dr. Ramiro Silva	Dr. José Pimentel Dias	Dr. Francisco Lima	Dr. Nelson Henriques	Dr. Rui Ferreira	Dr.ª Paula Raleiras	Dr. Libânio Azevedo	Margarida Resendes	
maio	Dias			1	3	3	1	3	3	
	Curso			Conferência Justiça em Saúde	Leidos Compromissos e Pagamentos em Atraso	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas-Mod I AH	Conferência Justiça em Saúde	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas-Mod I (Horta)	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas-Mod I AH	
	Horas			6	18	17	6	17	17	
	Ent.			IRS	CEFAPA	CEFAPA	IRS	CEFAPA	CEFAPA	
junho	Dias									4
	Curso									Aplicação do Plano de Classificação Transversal à Administração Pública Regional
	Horas									28
	Ent.									CEFAPA
outubro	Dias	1	1				4			
	Curso	Formação de Acompanhamento e Apresentação dos novos Portais SIGRHARA	Formação de Acompanhamento e Apresentação dos novos Portais SIGRHARA				A Formação Execução e Extinção dos Contratos Administrativos :Teoria e Prática			
	Horas	4	4				28			
	Ent.	VP GR	VP GR				CEFAPA			

2.6. GRANDES AÇÕES DOS INSPETORES

As linhas de força que estruturam genericamente a atuação da IRAP, ou seja, o controlo e a auditoria, não esquecendo a componente pedagógica, operacionalizam-se em diversas áreas de atividades, como se viu no supra Quadro I, mormente no âmbito dos Serviços da Administração Regional Autónoma e das Autarquias Locais sediadas na Região.

Assim, veja-se o Quadro VI, na página seguinte.



Quadro VII - Atividade desenvolvida pelos inspetores da IRAP/2016

INSPETORES	Ações em Conclusão Plano Anterior	Ações ordinárias	Ações Extraordinárias	Inquéritos	Auditorias	Concursos	Processo	Fase do Processo
Dr. Pimentel Dias		x			x		Auditoria à Escola Básica e Secundária das Flores	Concluído
		x					Inspeção Ordinária ao Município de Madalena	Em Curso
		x			x		Auditoria à Escola Básica e Secundária de Vila Franca do Campo	Em Curso
Dr. João Lima		x			x		Auditoria à Escola Básica Integrada da Maia	Concluído
		x					Inspeção Ordinária aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Em Curso
		x			x		Auditoria à Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio	Em Curso
Dr. Rui Ferreira		x			x		Auditoria à Escola Básica Integrada da Maia	Concluído
				x			Inquérito à Inspeção Regional das Atividades Económicas	Concluído
		x			x		Auditoria à Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio	Em curso
	x	x					Inspeção Ordinária aos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Em curso
Dr.ª Paula Raleiras	x	x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha da Terceira	Concluído
	x	x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha da Graciosa	Concluído
	x	x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel	Concluído
			x			x	Concurso BEPA 6915 (Área Direito)	Concluído
			x			x	Concurso BEPA 6915 (Área Adm Púb. Economia, finanças e Gestão)	Concluído
			x			x	Concurso BEPA 7430	Concluído
			x			x	Concurso BEPA 7437	Concluído
			x			x	Concurso BEPA 8291	Concluído
			x	x			Inquérito à Junta de Freguesia de S. Vicente Ferreira	Em Curso
		x				x	Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria	Em Curso
Dr.ª Paula Santos	x	x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha da Terceira	Concluído
	x	x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha da Graciosa	Concluído
	x	x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel	Concluído
	x	x		x			Inquérito à Junta de Freguesia de S. Vicente Ferreira	Em Curso
		x				x	Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria	Em Curso
		x				x	Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha do Corvo	Em Curso
		x				x	Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha do Faial	Em Curso
Dr. Francisco Lima		x					Inspeção Ordinária ao Município de Madalena	Em Curso
		x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria	Em Curso
	x	x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel	Concluído
Dr. Nelson Henriques		x			x		Auditoria à Escola Básica e Secundária das Flores	Concluída
		x					Inspeção Ordinária aos Serviços Municipalizados de Ponta Delgada	Em Curso
		x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha do Faial	Em Curso
Dr.ª Patricia Borges	x	x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel	Concluído
				x			Inquérito à Junta de Freguesia de S. Vicente Ferreira	Em Curso
		x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria	Em Curso
Dr. Libânio Azevedo		x					Inspeção Ordinária ao Município de Madalena	Em Curso
		x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria	Em Curso
	x	x			x		Auditoria à Unidade de Saúde de Ilha de S. Miguel	Concluído



2.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA

No que respeita aos recursos financeiros, a dotação global do orçamento da IRAP, para 2016, foi de € 681 000, mais € 64 730 que no ano anterior, tendo-se executado € 671 293,05, remanescendo um saldo de € 9 706,95.

Como de costume a rubrica 01.00.00 – *Despesas com pessoal* (orçado em € 645 500 e executado € 643 549,34) continuou a assumir grande importância dentro do conjunto da despesa projetada e executada (quase de 96% em ambos os casos) uma vez que a atividade desenvolvida pela IRAP passa necessária e fundamentalmente pela remuneração dos recursos humanos que lhe estão afetos. Se àquele valor acrescentarmos cerca de € 18 023,44 despendidos com a rubrica das deslocações e estadas ($\approx 2,7\%$) concluiremos que $\approx 98,7\%$ da despesa realizada pela IRAP foi para remunerar a sua atividade principal – controlo das equipas inspetivas sobre as entidades auditadas/ inspecionadas.

Esclareça-se que do reforço adicional referente ao ano anterior de € 64 730, €58 870 foi afeto aos vencimentos

Por rúbrica, a estrutura da despesa é a que consta do quadro da página seguinte:



Quadro VIII - RECURSOS FINANCEIROS PREVISTOS E UTILIZADOS EM 2016			
CÓDIGO	RUBRICAS	ORÇAMENTO (corrigido)	DESPESA
01	Despesas Com Pessoal	645 500,00	643 549,34
01 01	Remunerações Certas e Permanentes	514 950,00	514 615,05
010103	Pessoal dos quadros-Regime de função	403 950,00	403 810,67
010108	Pessoal aguardar aposentação	20,00	
010110	Gratificações	15 630,00	15 610,68
010111	Representação	10 450,00	10 432,48
010113	Subsidio de refeição	13 330,00	13 305,32
010114	Subsidio de férias e Natal	71 300,00	71 277,15
010115	Remunerações por doenças e maternidade	270,00	178,75
01 02	Abonos variáveis ou eventuais	9 450,00	8 241,32
0102 02	Horas extraordinárias	50,00	
0102 04 B	Ajudas de custo em território nacional	6 750,00	6 394,55
0102 14 A	Remuneração complementar	2 650,00	1 846,77
01 03	Segurança Social	121 100,00	120 692,97
0103 05 A	Caixa Geral de Aposentações	102 200,00	102 026,66
0103 05 B	Segurança Social	17 550,00	17 527,96
0103 09	Seguros	600,00	554,43
0103 10	Parentalidade	750,00	583,92
02	Aquisições de Bens e Serviços	24 000,00	20 877,50
02 01	Aquisição de bens	1 990,00	1 330,73
02 0104	Limpeza e higiene	50,00	
02 0108	Material de escritório	1 200,00	1 001,50
02 0114	Outro material-peças	250,00	
02 0117	Ferramentas e utensílios	90,00	
02 0118	Livros e documentação técnica	200,00	156,12
02 0121	Outros Bens	200,00	173,11
02 02	Aquisição de serviços	22 010,00	19 546,77
02 02 01	Encargos das instalações	720,00	593,49
02 02 03	Conservação de bens	250,00	214,76
02 02 09 B	Com. Fixas Voz	20,00	
02 02 09 C	Com. Fixas de dados	20,00	
02 02 09 D	Com. Moveis	600,00	538,08
02 02 09 E	Outros Serviços Conexos	20,00	
02 02 09 F	Outros Serviços de Comunicação	20,00	
02 02 13 B	Deslocações e Estadas Nacionais	20 110,00	18 023,44
02 02 20	Outros trabalhos especializados	250,00	177,00
04	Transferências Correntes	6 000,00	3 944,53
04 06	Segurança Social	1 000,00	720,15
04 06 00	Segurança Social	1 000,00	720,15
04 08	Famílias	5 000,00	3 224,38
04 08 02	Famílias-Outras	5 000,00	3 224,38
06	Outras Despesas Correntes	2 500,00	0,00
06 02	Outras	2 500,00	0,00
06 02 03	Fundo de Maneio	2 500,00	
07	Aquisição de Bens de Capital	3 000,00	2 921,68
07 01	Investimentos	3 000,00	2 921,68
07 0107	Equipamnto de Informática	850,00	838,31
07 0109	Equipamento administrativo	2 150,00	2 083,37
	TOTAL	641 000,00	641 244,85



3. AUTOAVALIAÇÃO

Sucintamente e para além do que foi dito, a autoavaliação da IRAP baseia-se na análise crítica e articulada do QUAR, do Plano de Atividades e dos recursos financeiros e humanos que lhe são colocados à disposição.

Nesta análise há igualmente que ter em conta todos aqueles que são nossos “clientes/ destinatários” (stakeholders), internos e externos, como nos organizámos para prosseguirmos a nossa missão e os resultados obtidos.

Esquemáticamente, vejamos o projetado e o concretizado:

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO 2016							
Departamento: Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial							
Organismo: Inspeção Regional da Administração Pública							
Missão: Realizar e acompanhar ações de avaliação e controlo, corretivas e pedagógicas que permitam a melhoria contínua da Administração Pública Regional e Locas, nas áreas jurídica e financeira.							
Visão: Tornar-se um <i>primus inter pares</i> na Administração Pública Regional							
Objetivos estratégicos (OE):							
OE 1: Dar visibilidade de excelência à IRAP, criando valor para os <i>clientes</i> .							
OE 2: Reforçar o corpo inspetivo, qualitativa e quantitativamente, de forma a garantir a realização de ações inspetivas.							
OE 3: Definir procedimentos que garantam a homogeneidade de resultados.							
OBJECTIVOS OPERACIONAIS	Realizado 2015	Meta 2016	Concretização			Desvio	
			Resultado	Classificação			
				Superou	Atingiu	Não atingiu	
EFICÁCIA - Ponderação 60%							
OB 1							
Realizar um número satisfatório de UA relativas às ações desenvolvidas na administração regional e local	Indicador 1	Número de Unidades de ações realizadas, obtido através	8,0	9,00	11,00	5,00	22,0%
	Peso - 100%						
OB 2							
Dar resposta a 80% das exposições, queixas eletrónicas e pedidos de colaboração.	Indicador 2	Taxa de respostas dadas, relativamente à totalidade	80,00%	80,00%		5,00	25,0%
	Peso - 100%						



EFICIÊNCIA - Ponderação 30%							
OB 3	Ponderação de 100%						
Melhorar a relação entre a utilização de recursos (dotações orçamentais) e o número de Unidades de Ação Realizadas - UAR	Indicador 3	Orçamento ou Despesa Total Processada / Unidades de Ação	76656,00	68 000 €	61 027 €	5,00	10,3%
	<i>Peso - 60%</i>						
	Indicador 4	Orçamento ou Despesa Total Processada / *Data de corte: final do mês em que vier a ocorrer	76656,00	68 000 €	61 027 €	5,00	10,3%
	<i>Peso - 40%</i>						
QUALIDADE - Ponderação 10%							
OB 4	Ponderação de 100%						
Melhorar a qualidade geral do trabalho produzido, através da padronização e uniformização de procedimentos, visando a obtenção de maior valor acrescentado para o conjunto da Administração Pública Regional e Local.	Indicador 5	Média da pontuação obtida nos Questionários realizados junto das entidades/serviços inspecionados	6	6,00	8,95	5,00	49,0%
	<i>Peso - 100%</i>						

Justificação para os desvios ...

Meios disponíveis				
Recursos Humanos	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio
Dirigentes - Direção superior	20x1	20	20	
Dirigentes - Direção intermédia e Chefes de equipa	16x1	16	16	
Técnicos Superiores	12x10	120	120	0
Técnicos Profissionais				
Assistentes Técnicos	5x2	10	20	0
Assistentes Operacionais				
TOTAL		166	166	0
Orçamento (€)	Estimado	Realizado	Desvio	
Funcionamento	620 000,00	681 000,00	61000	
Plano	0,00	0,00	0	
Parâmetros	Eficácia	Eficiência	Qualidade	
	Ponderação	Ponderação	Ponderação	
	60,00%	30,00%	10,00%	
	3,00	1,5	0,5	
	Avaliação final do serviço			
	5,00			



Listagem das Fontes de verificação		
Objetivo 1	Indicador 1	Unidade de Ação Realizadas - UAR (Quadro anexo) Sistema de Gestão de Correspondência - SGC
Objetivo 2	Indicador 2	Sistema de Gestão de Correspondência - SGC
Objetivo 3	Indicador 3 Indicador 4	Mapa de Gestão Orçamental (Gestor/DROT) Unidades de Ação Realizadas - UAR (Quadro anexo)
Objetivo 4	Indicador 5	Questionários de Avaliação de Procedimentos - QAP

Analisando o quadro de avaliação e responsabilização 2015 das páginas seguintes, verifica-se quanto aos objetivos operacionais o seguinte:

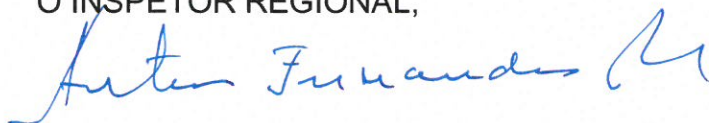
1. Quanto ao objetivo 1, considera-se que foi superado tendo em conta que se realizaram e concluíram 11 ações, face às 9 programadas;
2. Quanto ao objetivo 2, das várias exposições, pedidos de colaboração e queixas eletrónicas a IRAP conseguiu dar o tratamento adequado a todas. Atendendo a que o propósito era satisfazer oitenta por cento dos entrados e obtendo-se uma taxa de concretização de 100%, o que excedeu o esperado em 25%, ultrapassando o critério de superação em 5%, conclui-se que este resultado superou o objetivo;
3. Relativamente ao objetivo 3, imputando os custos a oito unidades de ação e verificando-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, conclui-se que se superou o objetivo;
4. Por fim e quanto ao objetivo 4, apesar da necessária colaboração dos nossos "clientes" se considerar ainda escassa (só responderam ao questionário 6 entidades), mas, por respeito aos que devolveram os inquéritos de avaliação dos procedimentos e os valores indicativos dos resultados, podemos considerar que o objetivo foi superado, uma vez que a média de satisfação dos clientes atingiu os 98,46%.



Conclui-se, pois, e aplicando a fórmula expressa no quadro, que o Serviço teve um DESEMPENHO BOM ao atingir a nota quantitativa de 5,00.

Angra do Heroísmo, 31 de março de 2017

O INSPETOR REGIONAL,



Antero Fernandes Rolo